

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1298 - 20/04/2015 a 26/04/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



O GOVERNO PODE, MAS NÃO PRORROGA O CAR

HORTIFRUTICULTURA

As novas normas
de rotulagem

HISTÓRIA

El Cristiano,
o canhão

DOENÇA

A dengue se
espalha

Aos Leitores

Está na lei a possibilidade de prorrogação do preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), mais precisamente no § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651/2012, mas o governo criando estresse desnecessário aos produtores rurais anunciou que não tomará essa medida. Ao menos foi o que a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, disse numa entrevista em Londrina.

Ocorre que apenas 14% dos 5,2 milhões de produtores brasileiros conseguiram fazer o Cadastro. Os motivos são vários, a começar pelo difícil acesso à Internet (que, no Panamá, a Presidente da República reconheceu ser precária no país) até o simples desconhecimento do CAR pelos produtores. Alie-se a isso que o programa disponível para se cadastrar está na sua oitava versão.

Nas mesmas declarações feitas em Londrina a ministra deixou uma brecha dizendo que será feita uma avaliação do cadastramento até o final do mês, para então, Dilma tomar a decisão.

A FAEP entende que a prorrogação é necessária e os fatos estão demonstrados nesta edição e nas reiteradas manifestações da entidade à Brasília.

Índice

CAR	03
Rotulagem	08
Imposto de Renda	11
Casqueamento	12
Zoneamento Agrícola	15
História - El Cristiano	16
Dengue	18
Acordo Coletivo	20
Plante seu Futuro	21
Cursos de Agrotóxicos	22
Ovinocultura	23
Notas	24
Leitor em Foco	25
Notas	26
Conseleite	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1298: Fernando Santos, Milton Dória, Arquivo FAEP e Divulgação.

CAR - Sem prorrogação?



Embora prevista na Lei nº 12.651/2012, a prorrogação do preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), não deverá ocorrer, segundo a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente (MMA). A decisão foi anunciada em entrevista concedida na ExpoLondrina, na manhã do último dia 17.

O prazo final estabelecido para o cadastro de todas as propriedades rurais do país – 520 mil no Paraná, é dia 05 de maio próximo. Se essa decisão não for revista, o governo causará um imenso problema a mais de 4,5 milhões de produtores. Segundo o próprio MMA apenas 14% dos 5,2 milhões de produtores rurais não fizeram ou não conseguiram preencher o Cadastro até a primeira quinzena de abril.

As declarações da ministra imediatamente provocaram reações críticas de produtores e entidades. Já enrolado na economia, na política e com vários setores da sociedade, não parece ser interessante ao governo Dilma se enroscar desta vez

com quem ainda oferece saldos positivos à Nação.

São vários os motivos dessa baixa adesão ao CAR. O primeiro deles é o acesso à Internet no interior do país que é limitadíssimo e que quando existe é de baixíssima qualidade. O governo federal vem anunciando há anos o acesso universal à Internet para todos os brasileiros (Veja box na página 7)

Reportagem do “Globo Rural” revelou que muitos produtores sequer sabem da existência do CAR, muito menos do seu preenchimento. Para quem conhece a Lei, preencher o CAR é na verdade percorrer uma verdadeira Via Crucis repleta de barreiras imprevistas e insuperáveis. Na tarde do último dia 17, às 14 horas, por exemplo, quem tentou abrir o programa viu na tela do computador: “erro interno do servidor”. Embora a ministra, em Londrina, tenha defendido o uso do programa “off line” (sem Internet), o problema é que é necessário estar online para o envio do arquivo do CAR e, conseqüentemente, obter o recibo dessa entrega.

Oito versões

Na verdade, o próprio governo não cumpriu os prazos previstos no Decreto nº 8.235 (05.05.2014), assinado pela Presidente da República e pela ministra Izabella Teixeira. Por exemplo:

- No dia 06 de maio do ano passado, o site do MMA disponibilizou o primeiro programa de preenchimento do CAR. Havia uma propriedade padrão a ser seguida nessa plataforma, mas cada uma das mais de 5 milhões de propriedades rurais do país têm suas características próprias. Foi a chamada Plataforma 1.0.
- De lá para cá apareceram uma série de problemas e já estamos na 1.8, ou seja, na oitava versão atualizada do programa de preenchimento do Cadastro. O número da matrícula na versão 1.0, por exemplo, não saía no recibo não sendo aceito pelos cartórios. Na atual versão proprietários de áreas maiores não conseguem adicionar o número da certificação do Incra no Cadastro, porque a tem números e letras, mas o programa 1.8 só aceita números.

O BE-A-BÁ DO CADASTRO RURAL AMBIENTAL

O Novo Código Florestal criou dois instrumentos de regularização ambiental. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)

O que é Cadastro Ambiental Rural (CAR)?

O CAR foi instituído pela Lei nº 12651/2012 é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

O CAR é a porta de entrada da Regularização Ambiental. Ele consiste em um cadastro eletrônico, autodeclaratório onde o produtor vai declarar a localização de seu imóvel com a descrição da Área de Preservação Permanente, Reserva Legal, Áreas de Uso Restrito e Área consolidada. Nesse cadastro também estarão descritas as multas e os termos de compromissos assinados, enfim, todas as informações da propriedade. O produtor tem até o dia 05 maio de 2015 para efetivar esse cadastro.

O que é Programa de Regularização Ambiental (PRA)?

O Programa de Regularização Ambiental (PRA) foi regulamentado pelo Decreto nº 8.235 de 05 maio de 2014 e trata da regularização das Áreas de Preservação Permanente (APPs), de Reserva Legal (RL) e de Uso Restrito (UR) mediante recuperação, recomposição, regeneração ou compensação.

Os proprietários de imóveis rurais deverão aderir ao PRA após o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Esse decreto complementa as regras necessárias à implantação do CAR, para dar início ao processo de recuperação ambiental rural previsto na Lei 12.651/2012, atual Código Florestal.

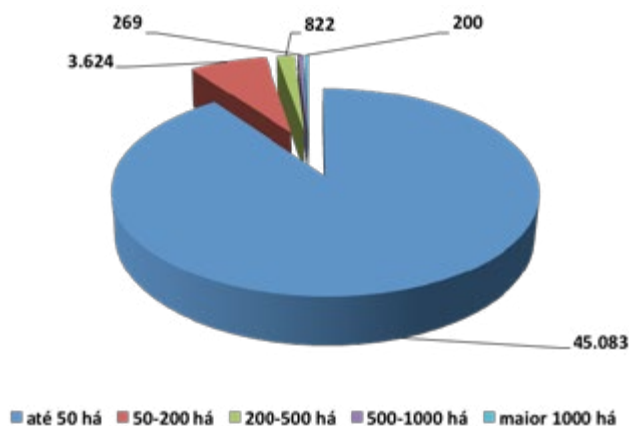
A Lei nº 18.295 de 10 de novembro de 2014, institui no Estado do Paraná o PRA, e compreende um conjunto de ações e iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.



VEJA COMO ESTÁ A ADESÃO DO ESTADO DO PARANÁ

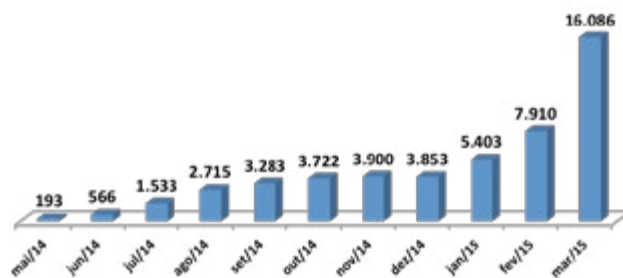
O levantamento fornecido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) mostra que até 31 de março foram cadastrados 9,38% das 532 mil propriedades rurais do Estado. O Paraná continua ocupando o 5º lugar no ranking nacional. A maioria dos cadastros (45.083) referem-se a propriedades de até 50 hectares e pouco mais de 3.600 propriedades têm área de 50 a 200 hectares.

Número de imóveis cadastrados por tamanho de área em ha

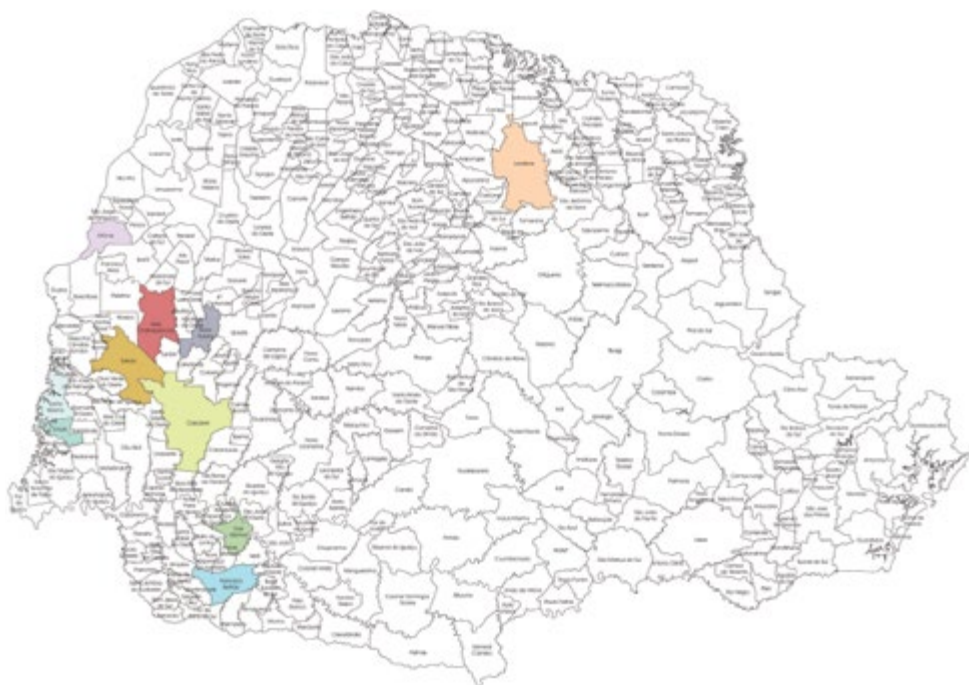


Os cadastros iniciaram em maio de 2014 e foram crescendo gradativamente como pode ser visto no gráfico abaixo.

Número de cadastros efetuados por mês no Paraná



Municípios com maior número de Cadastros no Paraná



Município	Número de imóveis	Área (ha)
Assis Chateaubriand	1573	29.103,21
Santa Helena	864	14.297,13
Altonia	737	11.328,69
Francisco Beltrão	679	9.478,75
Cascavel	622	33.858,39
Dois vizinhos	607	7.841,61
Toledo	603	12.170,41
Missal	599	6.906,44
Londrina	580	27.618,33
Nova Aurora	572	10.845,72

Por que há baixa adesão ao CAR

A baixa adesão ao CAR está relacionada ao desconhecimento do produtor a respeito do CAR; ao receio dos proprietários rurais de exporem suas propriedades; ao descrédito, porque muitos fizeram o SISLEG e hoje precisam fazer o CAR, e, a falta de profissionais para auxiliar no preenchimento do CAR, pois o Cadastro não é algo tão simplificado.

Quais os conhecimentos básicos para fazer o CAR

- Conhecer o Código Florestal
- Noções de básicas de georreferenciamento
- Saber ler e interpretar documentação
- Ter conhecimento em informática
- Bom acesso de internet

Capacitações do Sistema FAEP/SENAR.

O Sistema FAEP/SENAR já capacitou no ano 2014 mais de 1,3 mil facilitadores para auxiliar o produtor rural no CAR. E agora nos dias 05 e 06 de maio de 2015, em parceria com a SEAB, estará capacitando as prefeituras de todo o Estado.

Dúvidas onde o produtor deve recorrer?

Diante da possibilidade do governo em não prorrogar o prazo do CAR, o produtor que tiver dúvida deve recorrer aos sindicatos rurais, que capacitaram seus funcionários e tem condições de sanar várias dúvidas. Site da FAEP: <http://www.sistemafaep.org.br>



Os benefícios em risco

O prazo é curto, mas se o governo insistir em não prorrogar o prazo de preenchimento do CAR, o produtor rural perde alguns benefícios importantes. Por isso é importante não perder a chance de resolver todo o seu passivo ambiental. São eles:

Crédito

Os proprietários que não se cadastrarem não terão acesso às linhas de crédito a partir de 2017.

Cartório de Registro de Imóveis

Sem o CAR não será possível fazer qualquer transação no Cartório de Registro de Imóveis.

Licenciamento Ambiental

A partir do dia 06.05.2015 o produtor não poderá obter nenhum licenciamento ambiental sem apresentar o CAR.

Regularização Ambiental

Com o CAR será possível regularizar a situação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal, suprimidas ou alteradas até 22.07.2008 no imóvel rural. Isso também evitará autuações ocorridas em data anterior a 22.07.2008.

Multas

Com o CAR realizado haverá a suspensão de infrações administrativas (multas) por supressão irregular de vegetação em área de APP e Reserva Legal, cometidas até 22.07.2008.

PRA

O produtor que não fizer o CAR não terá acesso ao PRA (Programa de Regularização Ambiental), onde está a possibilidade de regularizar todo o seu passivo ambiental.



A Posição da FAEP

A ministra Izabella Teixeira, em sua entrevista, em Londrina, deixou uma brecha nas suas declarações. “No final do mês, deveremos fazer um balanço de como está à situação e aí apontaremos os caminhos que podem ser tomados à Presidência da República”.

Como já se passaram quase 12 meses para o preenchimento do CAR e, segundo revela o site do próprio MMA, apenas 14% dos produtores brasileiros cumpriram essa exigência, esse cenário vai pesar na decisão da presidente.

Nessa questão, a FAEP já tinha enviado um ofício em 06/02/2015 à ministra Izabella Teixeira, solicitando a prorrogação já prevendo que o prazo seria impraticável. Em 14/04/2015 o presidente Ágide Meneguette reiterou em ofício a necessidade de prorrogação imediata pontuando que esse atraso na divulgação só causa insegurança no produtor e uma corrida a muitos profissionais que não estão devidamente capacitados. Além disso, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) estar travado pelo grande número de acesso.

No último dia 17, o presidente da FAEP ratificou à ministra a necessidade de prorrogar o prazo, sob os argumentos demonstrados nestas páginas.

A precariedade da Internet, segundo Dilma

A presidente Dilma Rousseff estava animada no último dia 10, quando participou da VII Cúpula das Américas, na cidade do Panamá. Num fórum empresarial do qual participou juntamente com colegas dos Estados Unidos, Barack Obama; do México, Enrique Peña Nieto; e do Panamá, Juan Carlos Varela, ela declarou:

“A internet provocou uma revolução comparada à da energia elétrica, tem a capacidade de afetar todas as atividades. Um desafio é estender a banda larga a toda a população em todos os países”.

Dilma qualificou a conectividade pela internet como um instrumento de inclusão social que requer investimentos em infraestrutura através de associações entre os setores público e privado.

“Temos áreas de difícil acesso, a Amazônia é uma delas, o Centro-Oeste, o Nordeste, e esta aliança significa garantir (a estas regiões) acesso aos serviços mais variados via internet”, destacou Dilma.

Ou seja, a própria presidente reconhece a precariedade da Internet no Brasil, apesar de reiteradas promessas feitas sistematicamente por ela e seus ministros.



Origem, lote e peso

As novas normas da rastreabilidade da hortifruticultura



A partir de 1º de julho, os consumidores paranaenses terão mais uma informação na hora de comprar frutas e verduras embaladas ou em gôndolas dos supermercados – o rótulo indicando informações da origem, lote e peso líquido vendidos in natura. A data define as novas regras para um primeiro lote de produtos: tomate, banana, laranja, maçã, cebola, repolho, cenoura, couve-flor, uva e morango. As novas exigências estão na Resolução nº 748/2014 da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná (Sesa), e vai garantir

a segurança alimentar desses produtos em todo o Estado do Paraná.

O engenheiro-agrônomo Marcos Valério de Freitas Andersen, da Vigilância Sanitária da Sesa, analisa a Resolução. Confira:

1) Qual o objetivo da resolução?

A resolução tem vários objetivos. O principal é dar transparência nas relações existentes na cadeia produtiva de produção de hortícolas, do produtor no campo até a mesa consumidor. Assim conseguimos

saber de onde veio o produto e por onde ele passou até chegar ao consumidor.

2) Como foi estabelecido o cronograma de implantação de exigência da rotulagem dos produtos?

A presente resolução é fruto de um trabalho realizado em grupo chamado do “Alimento Seguro”. Neste grupo participam as Promotorias de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente, as Secretarias de Estado da Agricultura e da Saúde,

Emater, Ceasa, CPRA, FAEP, SENAR-PR, Fetaep, Associação Paranaense de Supermercados e prefeitura de Curitiba. Este grupo reúne-se desde 2012, e o cronograma de implantação da resolução foi decidido de forma conjunta.

3) O que muda para o produtor com a resolução?

Bem, na verdade a exigência de rotulagem para produtos hortícolas vem de 2002 com a Instrução Normativa conjunta ANVISA/MAPA/INMETRO nº 09/2002. O problema é que não houve o devido cumprimento da resolução. O código de defesa do consumidor que é de 1990 diz, Art. 31. “A oferta e apresentação de produtos ou nos seus serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.” Então a maioria dos produtores que participam de vendas a supermercados já possuem rótulo. Agora a exigência será para todos.

4) Que benefício tem para o produtor rural?

O benefício é que agora o produto dos

agricultores deixa de ser um “Zé Ninguém”. Ele terá nome e sobrenome, que é o do agricultor que o produziu. Assim o consumidor final poderá identificar quem o produziu. Assim, aqueles agricultores que capricham e dedicam-se na busca da qualidade de seus produtos, poderão disputar a preferência dos consumidores nos locais de venda.

5) Como funciona a rotulagem?

Vamos definir primeiro o que é rótulo ou seja toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a embalagem do produto. Todos os participantes desta cadeia produtiva terão a obrigatoriedade de rotular seus produtos até que eles sejam adquiridos pelo consumidor final.

6) O que tem que constar nesse rótulo, tem um padrão?

Não. O rótulo não tem um padrão e sim informações obrigatórias e dimensões mínimas. As informações obrigatórias são identificação do produtor, do produto, do lote, da validade, peso líquido, forma de conservação, serviço de atendimento ao cliente. O tamanho mínimo do rótulo é de 5,2 cm X 3,7 cm, formato de papel A9. Também deve conter a tarja

PRODUTO COM ORIGEM RASTREADA

7) Todo tipo de embalagem tem que ter rótulo? Desde uma bandeja de uva com 500g e também uma caixa de tomate de 20 kg?

Sim, o que vai mudar é o tamanho do rótulo. Para a bandeja fica no tamanho mínimo 5,2 cm X 3,7 cm enquanto o da caixa é no mínimo de 7,4 cm X 5,2 cm.

8) O produtor que tem rótulo com sua marca comercial pode continuar utilizando-o?

Se o rótulo já tiver todas as informações obrigatórias sim. Senão é só incluir as informações que faltam.

9) O rótulo pode ser feito pelo próprio produtor, tem um programa (software), ou tem que ser feito numa gráfica, por exemplo?

Sim pode ser feito pelo produtor. Existem programas para etiquetas colantes e com impressoras próprias, já com códigos de barra se o comprador exigir. Dependendo da quantidade que o produtor usar, quem sabe o custo seja menor, se for feito em gráficas.



10) O custo disso é de responsabilidade do produtor?

Sim, deve entrar no custo do produto ou da embalagem.

11) Só o produtor pode rotular? Quais as informações que deve constar nesse rótulo?

Na produção só o produtor pode rotular, pois as informações e a responsabilidade sobre aquele produto é de quem produziu. As informações sobre o que deve constar estão na resposta da pergunta 06.

12) Quais os outros procedimentos que o consolidador deverá realizar?

Antes de mais nada vamos esclarecer o que é consolidado. Consolidador é o agente que forma o lote consolidado. Lote consolidado: é o conjunto de produtos de um mesmo tipo e variedade ou, composto de produtos de origens e/ou cargas diversas consolidando um novo lote. O consolidador tem a obrigação de registrar o lote consolidado em livro próprio ou em meio eletrônico disponível à fiscalização, contendo no mínimo as seguintes informações dos fornecedores que formam o referido lote: 1. Número do lote consolidado; 2. Identificação dos fornecedores e número dos respectivos lotes; 3. Produto(s); Deve rotular este produto do lote consolidado com as informações obrigatórias, sendo ele agora o responsável pelo produto.

13) É necessário fazer registro do rótulo? Se sim, aonde?

Não é necessário registrar o rótulo.

14) No varejo, por exemplo supermercados, feiras, quais as informações que serão

disponibilizadas para o consumidor na gôndola ou banca?

Quando exposto a granel fora da caixa do produtor ou da unidade de consolidação, deve ser utilizado placa ou cartaz, visível ao consumidor, contendo as seguintes informações mínimas: Produto e Variedade (se houver); Responsável: Nome do Produtor ou da Unidade de Consolidação, razão social e nome fantasia (se existente), CNPJ (se pessoa jurídica), CPF (se pessoa física), de forma precisa e legível, ficando vedada a utilização de slogan ou frase de efeito.

15) Tem padrão para o cartaz na exposição? Como é?

Sim. Tem um padrão.



16) Qual o órgão responsável pela fiscalização?

Serão as Vigilâncias Sanitárias dos municípios.

17) Quais são as consequências para quem não fizer a rotulagem? Para o produtor? Consolidador? E, para o Varejista?

Quem não cumprir a partir de 1º de julho de 2015 a obrigatoriedade da rotulagem, que é para os seguintes produtos

nesta primeira fase: banana, cebola, cenoura, couve-flor, laranja, maçã, morango, repolho, tomate e a uva estará infringindo a legislação sanitária. Sendo assim o produto poderá ser interdito e apreendido e o responsável responderá a processo administrativo. Ao final do processo, poderá receber multa e o produto será inutilizado e destruído. O consolidador e o varejista poderão ter sua licença sanitária cassada, ter o estabelecimento interdito e fechado temporariamente e até ter o alvará de funcionamento cassado.

18) Se numa das etapas do processo houver autuação por falta de rótulo, por exemplo, no atacadista, quem será o responsável, o atacadista ou o produtor? Embasado em qual legislação?

O responsável pelo produto é quem sofrerá a autuação. No caso se o produtor entregou o produto rotulado ao atacadista e este perdeu o rótulo ou não fez o lote consolidado, o atacadista no caso será autuado, baseado na resolução 748/2014 da SESA-PR e a lei estadual 13.331/2001

19) A Resolução nº 748/2014 só é válida para produtores do Paraná ou os produtos que são oriundos de outros Estados terão que atender a Resolução?

Se forem comercializados no Paraná terão que atender o previsto na Resolução nº 748/2014 como os produtores, atacadistas e supermercados paranaenses.

20) Se caso os produtos de outros Estados não estejam adequados a resolução quais as consequências?

As mesmas no contido na pergunta 17.

O Imposto de Renda do Produtor Rural

Por Assessoria Jurídica FAEP
.....



Está chegando dia 30 de abril de 2015, prazo final para entrega da declaração de imposto de renda de pessoa física para o leão. Estará sujeito ao pagamento de multa, no valor mínimo de R\$ 165,74, quem não entregar a declaração no prazo.

É obrigado a apresentar a declaração de imposto de renda quem teve renda tributável (salários, aluguéis, pensão, etc.) acima de R\$ 26.816,55 no ano de 2014. Também é obrigatória a entrega da declaração da pessoa que recebeu rendimentos isentos (indenização, doação/herança, bolsa de estudo, etc.) acima de R\$ 40.000,00, ou que possuía bens e direitos (casa, terreno, terra nua, veículos, aplicações, etc.) com valor superior a R\$ 300.000,00.

Para o produtor que exerce atividade rural, torna-se obrigatório a apresentação da declaração do imposto de renda, quando a receita bruta da atividade rural no exercício de 2014 foi superior a R\$ 134.082,75.

Mas para o cálculo do valor do imposto de renda devido pelo produtor rural, será utilizado o resultado obtido com a atividade rural. Para apuração do resultado obtido pela atividade rural, o produtor rural deverá escriturar mensalmente o livro-caixa, que abrange as receitas, as despesas, os

investimentos e demais valores que integram a atividade.

Importante: Este livro-caixa e os documentos que comprovam a veracidade dos seus lançamentos deverão ser mantidos pelo produtor rural à disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer à decadência ou prescrição.

Além do livro-caixa, o produtor deve ficar atento aos contratos de arrendamento e de parceria. O recebimento dos valores de contrato de arrendamento não é considerado receita da atividade rural, e sim considerado rendimento tributável - equiparado a aluguéis, portanto, a receita proveniente do contrato de parceira rural é considerada e será tributada como rendimento da atividade rural. Ressalvando que para ser considerada parceria o produtor terá que participar dos riscos da atividade e não pode receber quantia fixa.

O produtor rural no caso de venda de imóveis deverá declarar o ganho de capital, que corresponde à diferença entre o valor de venda e o custo de aquisição. Para apuração do valor do ganho de capital, casos de isenção, percentuais de redução, bem como para elaboração de sua declaração de imposto de renda anual recomendamos consultar seu sindicato rural ou contador de confiança.

A importância dos cascos

Como a saúde dos cascos dos animais pode contribuir para reduzir custos na propriedade

Por Katia Santos



Um exemplo de cascos saudáveis em bovinos de leite

A “Influência do período de transição na qualidade dos cascos” foi o tema apresentado pelo médico-veterinário e doutor em Ciência Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Jorge Facury Filho, durante o 5º Simpósio Internacional de Leite Integral, realizado em Curitiba (07 a 10/04). Para o palestrante, antes de o produtor entender o que é um casco de qualidade e o que é necessário para que ele atinja esse nível com seu rebanho, é preciso que ele faça um diagnóstico da propriedade.

É com esse diagnóstico que ele identificará os fatores de risco da propriedade e levantar os tipos e a frequência de

lesões que seu rebanho apresenta em relação às doenças que atingem os cascos. Para facilitar a compreensão ele cita um exemplo: o esterco. É um fator de risco na propriedade, mas também é o gerador de várias doenças que atingem os animais como: mastite, problemas no casco, aumento da população de moscas e metrite (infecção do útero).

“Quando o produtor identifica o fator de risco ele pode investir na orientação do funcionário responsável pela limpeza. Transformando um elemento de risco em ganho na gestão da propriedade. Demonstrando ao funcionário que com o aumento da

higiene do galpão ele estará contribuindo para o controle de doenças que atingem os animais e com a saúde do rebanho. E quanto o proprietário vai gastar para fazer essa mudança? Nada, apenas mudando o gerenciamento”, afirmou Facury (na foto ao lado).

A qualidade do casco de uma vaca está relacionada à defesa imunológica do animal e a formação do casco. De acordo com o professor o casco tem que ser ao mesmo tempo duro, para suportar o peso da vaca, e, ter certa flexibilidade para permitir que o animal possa andar em diversos tipos de piso (pasto, cimento, barro, emborrachado, etc.).

“A pressão exercida em cada casco de um bovino é muito alta, cada um deles recebe uma carga quatro a cinco vezes maior que um humano exerce sobre os pés, que tem uma anatomia bem mais confortável. Ou seja, um homem de 90 quilos impacta em cada um dos pés 45 quilos, já um bovino, em cada casco impõe uma carga que varia de 180 a 225 quilos”, explica.

Conforto no período de transição

O especialista lembra que com a intensificação da produção de leite, o tipo de piso oferecido aos animais é o de cimento, principalmente na área da ordenha. O grande desafio do produtor é garantir o conforto do animal, principalmente no período de transição (seis semanas que envolvem três semanas pré-parto e três semanas pós-parto). E a locomoção do animal



está incluída nesse conforto.

O professor faz uma comparação com uma mulher grávida. “Quando temos uma grávida na família tudo de bom é direcionado a ela, e quando está próximo do dia do nascimento do bebê esses cuidados se intensificam. Com as vacas é a mesma coisa, elas ficam sensíveis e passam por várias alterações fisiológicas, que interferem diretamente no seu desempenho produtivo e reprodutivo. Por isso oferecer um tratamento diferenciado a esses animais nessa fase, com certeza, vai proporcionar ao produtor uma série de vantagens”, completa.

Entre as mudanças fisiológicas ligadas diretamente ao casco, o professor enumera: 1) Crescimento menor do casco no período de 30 a 60 dias após o parto; 2) Desgaste maior dos cascos devido a um excesso de maciez causado pelo desequilíbrio de minerais; e, 3) Dificuldade de se alimentar, exatamente quando o organismo precisa de uma alimentação mais rica o que vai levá-la ao aumento de produção de leite.



Emerson Ferraza, instrutor do SENAR-PR, em curso de casqueamento

Facury relata que em muitas fazendas de leite no Brasil o produtor já iniciou um trabalho diferenciado no pré-parto, mas essa mudança precisa ser aprimorada. “No pós-parto temos que avançar muito”.

Uma mudança sugerida pelo pesquisador é formar um lote de vacas recém-paridas. Só essa atitude já vai solucionar uma série de problemas. Uma delas é a questão da hierarquia no cocho. “Quando o pecuarista coloca as recém-paridas junto com outros animais que estão em fase produtiva diferente, as que estão no pós-parto acabam não se alimentando, porque têm que disputar a comida. Em um lote separado isso não vai acontecer”, explica.

Facury faz um alerta ao produtor rural “Setenta por cento das doenças que atingem as vacas que produzem leite acontecem nos 30 dias após o parto”. Esse fato está diretamente ligado à produtividade da propriedade e ao custo de produção. Por isso ele sugere que o produtor invista no conforto desses lotes para evitar aumento de custo com o trato das doenças. Manter os animais em um ambiente mais limpo, seco e garantir um casqueamento preventivo a todo o rebanho são fatores que evitam perdas ao produtor.

As doenças de casco na grande maioria das vezes são diagnosticadas quando já não é possível reverter o problema e o produtor é obrigado a descartar o animal. Como solução ele sugere o treinamento dos funcionários que lidam diretamente com os animais. “Desenvolver um olhar diferenciado do rebanho traz benefícios em termos de genética, reprodução e nutrição dos animais e ainda manter um casqueamento preventivo”, finaliza.

O Curso do SENAR-PR

Toda essa abordagem é apresentada ao participante do curso oferecido pelo SENAR-PR, Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Casqueamento de Bovinos, que tem carga horária de 16 horas. O médico-veterinário Emerson Ferraza é um dos instrutores do SENAR-PR e conta que durante suas aulas reforça o fator nutricional como o mais importante agente que afeta e debilita os animais.

“No período de transição o produtor geralmente erra no balanceamento da quantidade de volumoso e concentrado. Como o animal está com seu metabolismo alterado, não tem condições de metabolizar grandes volumes de concentrado e acaba não dando ao produtor o retorno em produção de leite que ele esperava. E pior, acaba desenvolvendo uma infecção no casco chamada laminite”, diz.

Entre outros conteúdos o curso também ensina o participante a fazer diagnósticos de escore de locomoção e a fazer o casqueamento preventivo.

Como veterinário ele também aponta a dificuldade do produtor de aceitar que em alguns casos, para curar a lesão o profissional tem que abrir o casco, para que o problema se resolva com o auxílio de medicamentos. “É a mesma coisa quando temos uma unha dolorida, você vai ao especialista e ele desencrava. A região fica dolorida por algum tempo, mas depois sara. É difícil entender que as vezes um animal que está andando com uma pequena dificuldade é levado para o casqueamento e sai mancando de forma acentuada, mas em pouco tempo ficará bom”, finaliza.



Curso do SENAR-PR reforça o casqueamento preventivo

Zoneamento Agrícola: FAEP encaminhará propostas a Brasília



A FAEP está elaborando propostas para atualizar as portarias do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) no Paraná, que será enviada para a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O objetivo é adequar esse instrumento à nova realidade proporcionada pelos avanços tecnológicos da genética, que tem propiciado cultivares cada vez mais adequadas e específicas para plantios, em épocas que atendem as particularidades de solo e clima em áreas delimitadas dentro dos municípios.

A FAEP está solicitando aos sindicatos rurais que verifiquem na sua região de abrangência as propostas de mudanças no zoneamento, informando sobre a concordância com o documento ou de ajustes que se façam necessários.

Em princípio as respostas a este ofício podem ser encaminhadas para o e-mail: economico@faep.com.br. Em caso de dúvidas, as técnicas responsáveis são as engenheiras-agrônomas do Departamaneto Técnico e Econômico (DTE/FAEP): Maria Silvia Digiovani ou Elisangeles Souza, que atendem no telefone (41) 2169-7923.

As primeiras indicações

No levantamento inicial do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP foram apontadas as seguintes questões em várias regiões do Paraná:

1. **TRIGO** - Antecipação do plantio de trigo ciclo médio para 21 de março em Cascavel.
2. **TRIGO** - Ampliação da janela de plantio na região Pato Branco.
3. **TRIGO** - Prorrogação por um decêndio do período de plantio no município de Prudentópolis passando a vigorar entre 11 de maio a 10 de julho.
4. **SOJA** - Antecipação do período de semeadura de soja em Cascavel para 21 de setembro
5. **SOJA** - Antecipação da época de plantio em Pato Branco.
6. **MILHO** - Inclusão na 2ª safra na região Noroeste.
7. **FEIJÃO** - Prorrogação do período de plantio no município de Pato Branco de feijão 2ª

safr com período entre 01 de janeiro a 20 de fevereiro.

8. **FEIJÃO** - Prorrogação do período de plantio de feijão de 2ª safra no município Prudentópolis, passando para os dias 21 de dezembro a 20 de fevereiro

9. **ARROZ** - Desenvolvimento de estudos para o zoneamento agrícola de risco climático para a cultura de arroz irrigado no Paraná.

10. **AMEIXA** - Inclusão do município de Congonhinhas como apto para o cultivo de ameixa.

11. **ABACAXI** - Incluir os meses de julho e agosto como aptos para o plantio de abacaxi no município de Santa Izabel do Ivaí.

12. **BANANA** - Inclusão do município de São José dos Pinhais como apto para o cultivo de banana.

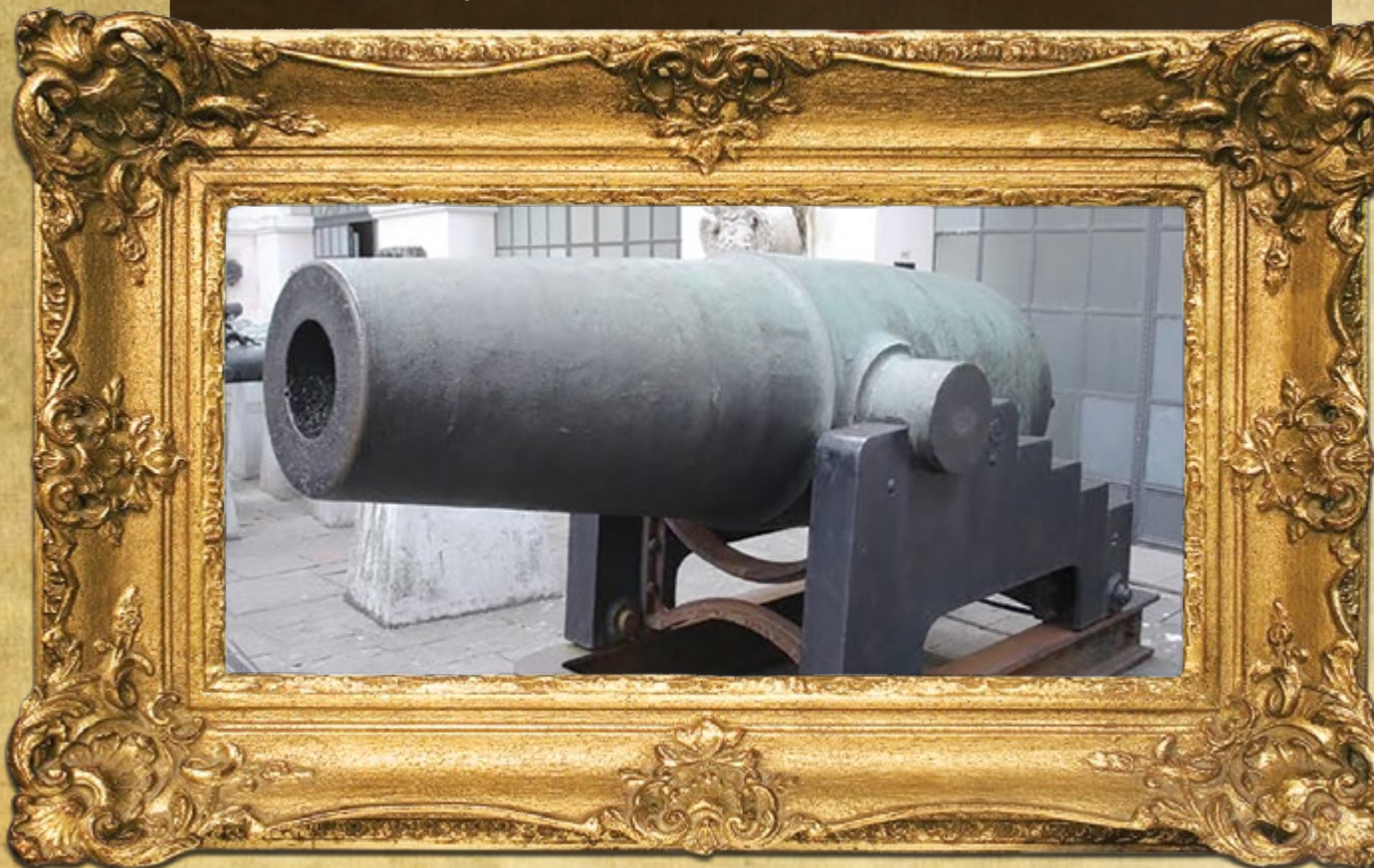
13. **MARACUJÁ** - Inclusão do município de Prudentópolis como apto para o cultivo de maracujá.

14. **CAQUI** - Realizar estudo para zoneamento da cultura do caqui no Paraná.

15. **CAFÉ** - Inclusão do município de Arapoti como apto para o cultivo de café.

El CRISTIANO

Os paraguaios, volta e meia, pedem de volta o canhão que está em um Museu no Rio de Janeiro



A América do Sul se viu envolvida em um imenso conflito entre os anos de 1864 a 1870: o presidente do Paraguai, Solano Lopez, invadiu o Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul, atravessando para isso a Argentina, arrastada para a guerra. Foi uma guerra longa e a mais violenta da história do Brasil.

Vários episódios ocorreram para apagar possíveis estilhaços do confronto. Algumas medidas de boa vontade, por exemplo, foram tomadas pelo governo brasileiro. Entre elas o perdão da dívida de guerra do governo paraguaio em 1940 e em 1972, durante as negociações do Tratado de Itaipu, o Brasil devolveu um grande número de troféus que estavam preservados em museus e bibliotecas, como bandeiras, a espada de Solano Lopez, e os documentos do arquivo paraguaio Biblioteca Nacional. Mas um dos poucos objetos paraguaios que ficaram no Brasil foi o Canhão El Cristiano, no Museu Histórico Nacional,

no Rio de Janeiro.

Nas histórias da Guerra do Paraguai, narra-se que uma das dificuldades maiores a serem vencidas pelos exércitos aliados foi a fortaleza de Humaitá, que barrava a passagem do Rio Paraguai até Assunção. Por causa da sua posição, os paraguaios a armaram com mais de 180 canhões, alguns dos quais tão grandes, que receberam nomes específicos, como o Criollo, o Acá Verá e o El Cristiano, neste está gravado “da Religião para o Estado” para marcar sua origem “religiosa”.

As forças armadas aliadas (brasileiros, argentinos e uruguaios) levaram mais de dois anos para superar esse obstáculo, com a perda de milhares de vidas. Prática comum nas guerras, os troféus eram e são remetidos a museus militares. Não foi diferente com nosso vizinho. Assim, se o canhão está aqui, os paraguaios mantêm no Museu de Vapor Cué, próximo a

Assunção, o navio brasileiro Anhabahy, um dos que foi capturado pelas forças de Solano Lopez quando estas invadiram o Mato Grosso do Sul.

Volta e meia o Paraguai lembra do tal canhão, uma peça de bronze de 10 toneladas, assim batizado devido os sinos de bronze das igrejas paraguaias. Em 2010 o então presidente Lula mandou o Ministério da Cultura promover a devolução, mas a ideia despertou a ira de historiadores e militares brasileiros. “Trocêus de guerra são emblemáticos não só para um país, mas para todos que participaram dela. O canhão faz parte da história do Brasil também”, disse o pesquisador Francisco Doratioto, autor do livro “Maldita Guerra”, o jornal Folha de São Paulo.

Em março de 2013, o então presidente do Paraguai, Federico Franco, em discurso no Dia dos Heróis, a festa nacional paraguaia, pediu que o Brasil devolvesse o “Cristiano”. O governo brasileiro ficou na moita. Os paraguaios, porém, não esquecem das 10 toneladas de bronze de “El Cristiano”. No dia 9 de abril último, o senado paraguaio aprovou uma declaração pedindo outra vez ao governo brasileiro a sua devolução. Como o bem faz parte do patrimônio histórico brasileiro, o canhão teria de passar por um processo de “destombamento” uma decisão que, em última instância, cabe à presidente da República.

“Sarna pra se coçar”

A reivindicação paraguaia surge num momento incômodo ao governo Dilma. Tanto ela como Lula são acusados de ser benevolentes com os países “bolivarianos”. No caso da invasão de uma refinaria da Petrobrás com a Bolívia; corpo mole com a Argentina em questões comerciais; reticente contra a ditadura de Maduro na Venezuela, e financiar o Porto de Mariel, em Cuba, são exemplos. Certamente Dilma não gostaria de achar “sarna pra se coçar” com o El Cristiano, não só por esse comportamento com esses países, mas pela crise política e econômica que vivemos, e pela provável reação dos militares sempre apegados à história militar do país.

Aliás, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil já se pronunciou anteriormente, “Tanto o canhão como navios custaram sangue dos nossos soldados e dos deles também. Não é lógico devolvê-lo”, enfatizou.



Atirou ou não?

Há posições históricas são também antagônicas. Em 2011, no local onde teria funcionado a “primeira planta siderúrgica” da América do Sul, em Ibicuy, próximo da capital paraguaia, uma réplica em madeira do “El Cristiano” foi apresentada. Ali o original em bronze teria sido forjado.

Emblemático no Paraguai, os relatos históricos paraguaios sobre o canhão garantem que ele foi colocado no Forte de Curupaiti, sendo decisivo para conter o avanço das tropas brasileiras e argentinas rumo ao Forte de Humaitá, que controlava o acesso a Assunção.

No Brasil, há quem diga que o “Cristão” apenas assistiu ao triunfo paraguaio naquele dia. “Ele nunca disparou uma bala, porque os paraguaios fizeram uma estrutura interna tão moderna para a época que eles próprios não tiveram condições de usar”, afirmou Vera Tostes, diretora do Museu Histórico Nacional.



TODOS CONTRA A DENGUE

Os cuidados da população são fundamentais no combate ao mosquito



Não é de hoje que os brasileiros tem a companhia da dengue. O *aedes aegypti*, vetor da febre, como diz seu nome, é originário do Egito, chegou aqui pelos navios negreiros no período colonial (iniciado em 1530), e se estabeleceu. Cerca de 100 países tropicais e sub-tropicais apresentam as condições ideais para esse mosquito que mede menos de um centímetro, tem aparência inofensiva, cor café ou preta e listras brancas no corpo e nas pernas.

Os ovos do *aedes aegypti* podem sobreviver um ano em ambiente seco, enquanto esperam a estação seguinte de chuvas para formar novas larvas. São depositados nas paredes do criadouro, bem próximo à superfície da água, porém não diretamente sobre o líquido. Daí a importância de lavar, com escova ou palha de aço, as paredes dos recipientes que não podem ser eliminados, onde o ovo pode permanecer grudado. Uma fêmea pode dar origem a 1.500 mosquitos durante a sua vida. A infestação do mosquito é sempre mais intensa no verão, em função da elevação da temperatura e da intensificação de chuvas – fatores que propiciam a eclosão de ovos do mosquito.

A regra já é batida, mas a cada surto da doença fica claro que ela ainda não virou uma prática de todos. “Se cada um fizer a sua parte, tem como controlar a proliferação do mosquito. Mas a população tem que tomar essa responsabilidade para si”, alerta

Ivana Belmonte, chefe do Centro Estadual de Vigilância Ambiental da Secretaria da Saúde do Paraná (Sesa).

A população deve eliminar pratos com água para as plantas ou acumular materiais reciclados em local aberto. As piscinas e ralos também são focos de proliferação do mosquito e precisam ser verificados com regularidade. Também vale cobrar dos vizinhos. Como o mosquito tem hábitos domésticos, essa ação depende sobretudo do empenho da população.

Só as fêmeas

Apenas as fêmeas picam e isso costuma acontecer nas primeiras horas da manhã e nas últimas da tarde, evitando o sol forte, mas, mesmo nas horas quentes, ele pode atacar à sombra, dentro ou fora de casa. Há suspeitas de que alguns ataquem também durante a noite. O indivíduo não percebe a picada, pois no momento não dói e nem coça. Quando o mosquito pica uma pessoa infectada, o vírus se instala e se multiplica em suas glândulas salivares e intestino. A partir de então, o inseto permanece infectado pelo resto da vida de 30 a 45 dias.

Incubação

O período de incubação (da picada ao aparecimento dos sintomas) geralmente dura de 2 a 7 dias, mas pode chegar a 15 dias. A intensidade dos sintomas geralmente é mais leve nas crianças do que nos adultos. A doença é de instalação abrupta, parecido aos quadros gripais: febre intermitente de intensidade variável (que pode chegar a 39°C e provocar calafrios), cefaléia, dores na região atrás dos olhos, nas costas, pernas e articulações. Muitos pacientes se queixam de dor ao movimentar os olhos, cansaço extremo e fraqueza muscular generalizada. Insônia, náuseas, perda de apetite, perda do paladar e da sensibilidade da pele são frequentes. Faringite e inflamação da mucosa nasal ocorrem em 25% dos casos.

Medicamentos

Não existem medicamentos antivirais para combater a dengue. O tratamento é apenas sintomático. Tomar muito líquido, para evitar desidratação, e utilizar antipiréticos e analgésicos, para aliviar os sintomas, são as medidas de rotina. Por interferir com a coagulação, medicamentos que contêm ácido acetilsalicílico (AAS, Aspirina, Buferin, Melhoral, Doril, etc.) estão formalmente contra indicados. Medicamentos à base de dipirona constituem boa opção para baixar a temperatura.

A dengue é doença de curso benigno, mas nos casos da forma hemorrágica é fundamental procurar assistência médica, recomenda o Instituto Oswaldo Cruz.

460 mil casos

No último levantamento do Ministério da Saúde (MS) sobre a dengue no Brasil, apontou que no primeiro

trimestre desse ano foram 460,5 mil casos registrados contra 135,3 mil em 2014 confirmando um aumento de 240,1%. O balanço aponta que, até 28 de março, 132 pessoas morreram, número 29% maior que em 2014, quando foram 102 mortes, no mesmo período. Os casos graves também aumentaram: foram registrados 235, o que representa um aumento 39,1% na comparação de 2014, quando foram registrados 169.

Segundo o Ministério, a região Centro-Oeste apresenta maior incidência de casos, com 393,3 por 100 mil habitantes (59.855 casos), enquanto a região Sul com 88,8 por 100 mil habitantes (25.773 casos) é tradicionalmente a que tem menor incidência da dengue.

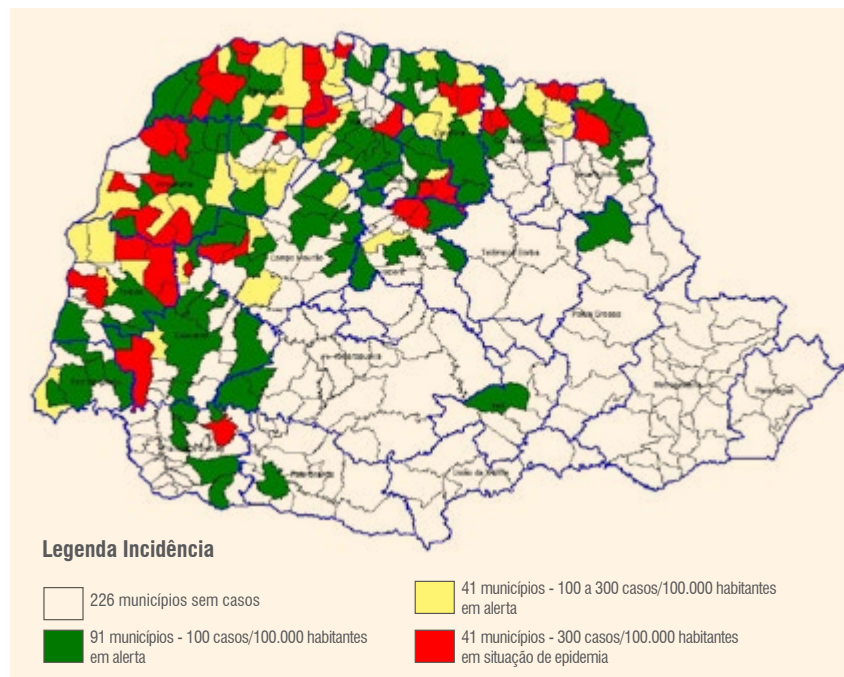
No Paraná

De acordo com a Secretaria do Estado da Saúde (Sesa) o município paranaense que registra maior número de casos confirmados de dengue na região Sul é São João do Caiuá, (região Noroeste). Entre agosto de 2014 e o fim de

fevereiro deste ano os municípios com maior número de casos notificados são: Londrina (3.934), Foz do Iguaçu (1.777) e Maringá (1.381). Os municípios com maior número de casos confirmados são: São João do Caiuá (805), Loanda (519), e Londrina (396) (Boletim nº 14 Sesa). A Secretaria confirmou a morte de sete pessoas pela doença. Ao todo, 41 municípios paranaenses estão em situação de epidemia de dengue e outros 132 estão em alerta.

Vacinas

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai dar prioridade à análise do registro de uma vacina contra a dengue. O pedido foi feito pela multinacional francesa Sanofi, laboratório que acaba de finalizar as pesquisas com eficácia de 60,8%. O Instituto Butantan também aguarda a liberação da Anvisa para iniciar a fase III da vacina contra a dengue, que prevê testar a imunização em 17 mil pessoas. Estima-se que as vacinas possam ser usadas no próximo ano.



Convenção Coletiva e Acordo Coletivo

Por Assessoria Jurídica FAEP
.....



Em edições passadas abordamos o significado de Convenção Coletiva e Acordo Coletivo de Trabalho, prazo de vigência, abrangência, limites, vinculação e ultratividade das normas convencionadas. Abordamos também de maneira específica o salário base, início de tratativas de qualquer negociação coletiva.

Contudo, acreditamos ser importante que o produtor saiba a respeito de outras cláusulas que podem estar nas negociações e frequentemente são objeto de dúvidas, que pretendemos esclarecer desde logo.

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA/ASSISTENCIAL

O Superior Tribunal federal (STF) editou em 20/03/2015 a Súmula Vinculante n.º 40 com o entendimento de que a contribuição confederativa somente pode ser exigível dos filiados ao sindicato representativo da categoria. De igual forma a contribuição assistencial, que encontra óbice no precedente normativo n.º 119 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Qualquer disposição que contrarie estes termos e determine o pagamento de associados e não associados será nula.

HORAS IN ITINERE

O tempo despendido pelo trabalhador à disposição do empregador para deslocamentos entre locais de trabalho integra

o respectivo salário, não podendo esta natureza salarial ser suprimida em acordo ou convenção coletiva, já tendo o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) inclusive editado a Súmula n.º 25. Contudo, entendimento dominante do TST é de que observados os parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade, este período poderá ser pré-fixado em norma coletiva, desde que não haja supressão ou desvinculação da natureza salarial.

INSALUBRIDADE

Atividade Insalubre na definição da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) são “aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”. A utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância, conforme previsto na CLT e na NR-15, cessam ou eliminam o risco da insalubridade, bem como o pagamento do respectivo adicional. A Súmula 80 do TST corrobora este entendimento. Para verificar se atividade atende as questões de segurança e saúde do trabalho rural e o grau de risco é recomendável ao empregador à realização dos laudos técnicos: PCMSO, PPRa e LTCAT.

CONTRATO DE PEQUENO PRAZO

O produtor rural pessoa física poderá contratar trabalhador rural para a realização de atividades de natureza temporária com base na Lei n.º 11.718/2008, por até 60 dias por ano, desde que previsto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Por fim, a partir de todas as informações passadas, é importante lembrar o conceito, natureza e função das negociações coletivas (BI 1295) e ter em mente que a redação das cláusulas deve ser o mais clara possível visando facilitar o entendimento e a aplicação do acordado/convencionado, sendo desnecessário celebrar uma negociação com mera repetição dos termos já previstos na legislação trabalhista.

Boas práticas agrícolas

Seab divulga balanço da Campanha Plante Seu Futuro



No último dia 15, o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, participou do seminário sobre os resultados da Campanha Plante Seu Futuro, na Expolondrina. Iniciada há dois anos, a Campanha é uma atividade permanente e coletiva com o objetivo de dar novo impulso à adoção, pelos produtores rurais, de boas práticas agrônômicas na condução das lavouras. É uma iniciativa da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), com as vinculadas Iapar, Adaptar e Emater, Embrapa, FAEP, Fetaep, Ocepar e Itaipu Binacional.

São 151 unidades de referência em 78 municípios, abrangendo praticamente todas as regiões produtoras do Paraná. De acordo com José Tarciso Fialho, coordenador técnico da campanha, a aplicação de agrotóxicos foi reduzida pela metade nas propriedades acompanhadas.

Solos

No dia 15 de abril é comemorado o Dia Nacional da Conservação do Solo, conforme a promulgação da Lei Federal nº. 7.876, de 13/11/1989. A escolha dessa data foi em homenagem a Hugh Hammond Bennett, o pai da conservação do solo nos Estados Unidos. Esse dia propõe uma reflexão sobre a conservação dos solos e a necessidade da utilização adequada desse recurso natural.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a população mundial vai crescer dos atuais 7 bilhões de habitantes para 9,2 bilhões em 2050, o que vai exigir um aumento na produção de alimentos dos atuais 1,64 bilhões de toneladas para 2,60 bilhões, ou seja, um aumento de 60% na produção de alimentos em apenas 40 anos. Sem dúvida nenhuma o solo será a base de sustentação para assegurar o

crescimento populacional, entretanto, seu uso deve ser associado à conservação e ao aumento da eficiência dos sistemas de produção agrícola, além da eficácia das políticas públicas para gestão adequada desse recurso natural.

Os índices de degradação e contaminação do solo são alarmantes: 33% das terras do planeta estão degradadas, por razões físicas, químicas ou biológicas, estima a FAO. O alerta para reforçar os cuidados com o solo é tão premente que a FAO estabeleceu este ano como o Ano Internacional dos Solos.

Dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente mostram que mais de 140 milhões de hectares de terras brasileiras estão degradadas. De acordo com projeção da Seab, 30% dos cerca de 6 milhões de hectares cultivados no Paraná necessitam de intervenção imediata.

Novos cursos de Agrotóxicos

Novos equipamentos e mais segurança na reestruturação dos cinco cursos

O SENAR-PR reestruturou o programa de agrotóxicos (veja quadro ao lado). As mudanças incluem a alteração da grade dos cursos e da carga horária, reestruturação do programa e redução do número de participantes. A metodologia do treinamento para aplicação de agrotóxicos foi aprimorada atendendo ao surgimento no mercado de novos equipamentos e constante preocupação com a segurança do aplicador.

Houve maior valorização da parte operacional com aumento da carga horária do curso para o aluno, o número de horas/aula permanece o mesmo. A diferença é que o aluno terá mais tempo de prática e com supervisão exclusiva do instrutor, melhorando o processo de aprendizado e tornando o curso mais dinâmico.

A reciclagem dos cursos ocorreu após a realização de supervisão a campo com o objetivo de buscar oportunidades de melhorias e organização dos conteúdos. “As mudanças são sempre necessárias pela velocidade de atualização das informações. Foi considerado principalmente o fato de que é um dos cursos mais procurados e a importância do uso racional do defensivo, tanto para a segurança do aplicador quanto para a segurança alimentar”, explica o técnico do SENAR-PR, engenheiro-agrônomo, Leandro Alegriani.

A primeira mudança, que tornou-se requisito necessário para a participação nos demais, é a capacitação pela Norma Regulamentadora 31 (NR 31). O objetivo é que independente do tipo de equipamento que vá ser utilizado, as normas de saúde e segurança sejam conhecidas antes de ser iniciado o conhecimento operacional.

Essa capacitação pela NR 31 não é necessária somente para os trabalhadores e produtores rurais que fizeram algum curso na área de aplicação de agrotóxico nos últimos dois anos, exceto o de formigas cortadeiras.

Além de NR 31 e Formigas Cortadeiras, os demais títulos do programa agora são:



Curso	Objetivo	participantes	Carga Horária participante
Pulverizador Costal Manual	Aperfeiçoar o participante para trabalhar na aplicação de agrotóxicos com pulverizador costal manual	10	8h
Pulverizador Tratorizado de Barras	Aperfeiçoar o participante para trabalhar na aplicação de agrotóxicos com pulverizador Tratorizado de Barras	6	24 h
Pulverizador Autopropelido	Aperfeiçoar o participante para trabalhar na aplicação de agrotóxicos com pulverizador Autopropelido	6	24h
Turbopulverizador	Aperfeiçoar o participante para trabalhar na aplicação de agrotóxicos com pulverizador Turbopulverizador	6	24h

Ovinocultura: Comissão propõe organizar a atividade

Projeto vai avaliar os custos de produção de cordeiros no Paraná



No último dia 13, produtores e técnicos participaram da primeira reunião da Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura em 2015, na sede da FAEP, em Curitiba. Durante o encontro, os participantes discutiram o projeto de “Determinação dos Custos de Produção de Cordeiros no Paraná”, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o planejamento para a sua implantação.

A iniciativa é resultado da última reunião da Comissão que ocorreu em novembro do ano passado. Diferente de outras atividades, como a bovinocultura, avicultura e suinocultura, por exemplo, ainda não há nenhum levantamento sobre os custos de produção na ovinocultura paranaense. “Como o produtor vai investir em uma atividade se não há um estudo com o custo de produção, com o retorno financeiro?”, questionou Adriane Azevedo, presidente da Comissão.

O estudo envolve sete etapas e a expectativa é que seja concluído até o final de 2015. A primeira é de análise, como o

ciclo de produção, ano civil e pecuário. A segunda etapa envolve a realização das pesquisas para a coleta de dados em propriedades rurais nos municípios de Guarapuava, Cascavel, Pato Branco, Castro e Londrina.

Na terceira fase vai ser realizado o diagnóstico e inventário de bens e capital, com o tamanho da área ocupada pela ovinocultura, instalações (aprisco, cercas), máquinas e implementos, e rebanho. Na quarta etapa será realizado um levantamento dos insumos que o produtor gasta durante um ciclo dos animais, como: medicamentos, mão de obra, energia elétrica, entre outros. A quinta fase envolve as receitas com a atividade: levantamento de cordeiros para abate, ovelhas de descarte, animais para reprodução e incremento do rebanho.

Na sexta ocorrerá a aplicação das ferramentas de gestão, como todos os custos (fixos e variáveis) na atividade. A última etapa envolve a análise conjuntural do estudo, a elaboração de boletins técnicos e seminários de apresentação dos resultados. “O custo de produção do cordeiro será avaliado em cinco realidades diferentes e isso vai fortalecer a ovinocultura no nosso Estado”, avaliou Adriane.

Outra necessidade da atividade ocorre em relação ao melhoramento genético de ovinos. “Na bovinocultura, por exemplo, você compra um animal pelo rendimento de carcaça, e habilidade materna. É isso que nós queremos desenvolver na ovinocultura porque hoje compramos um animal pelo aspecto visual. O melhoramento genético vai organizar a atividade”, observou Adriane. Diante desse entrave, o professor Victor Breno Pedrosa, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), disse que vai apresentar um projeto sobre o assunto no próximo encontro da Comissão, no dia 15 de junho.

Encontro de avicultores na ExpoLondrina

A Associação dos Avicultores do Norte do Paraná (Avinorte) promoveu no último dia 15 de abril, na ExpoLondrina, o Encontro de Avicultores, com 300 participantes.

O secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, falou sobre a importância da cadeia do frango de corte no Estado e o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, abordou as perspectivas para o frango de corte na atual conjuntura econômica. O Paraná exportou 1,28 milhão de toneladas do produto, com um faturamento de US\$ 2,36 bilhões.

Segundo o presidente da Avinorte, Carlos Alberto Vallini, foi o segundo encontro seguido realizado na ExpoLondrina e o principal objetivo é divulgar a avicultura na região Norte do Estado, “que possui muitas agroindústrias e tem muito para crescer”. Atualmente, a associação possui 350 membros.



Forum da CBN

A Rádio CBN promoveu nos dias 15 e 16 deste mês, em Maringá e Londrina, uma etapa do Fórum Nacional de Agronegócios, onde foram debatidas várias questões do setor agropecuário, principalmente o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Neste caso o palestrante convidado foi o ex-presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Vítor Hugo Burko, que lembrou a probabilidade da falta de profissionais para atender o preenchimento do Cadastro de todos os interessados. Avaliou que “em relação às áreas atualmente disponíveis para compensação de Reserva Legal, que custam ao redor de R\$ 8 mil o hectare, a tendência é que fiquem escassas e mais caras”.

O Fórum teve o apoio da Cocamar Cooperativa Agroindustrial e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e foi realizado pelo terceiro ano consecutivo. Contou ainda com palestras sobre mercado de commodities dos especialistas Alexandre Mendonça de Barros, da MB Associados e Anderson Galvão, da Céleres Consultoria.

Reforço no cais do Porto

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) começou a reforçar o cais do Porto, com a colocação de 500 estacas, sendo 190 na água e 310 na estrutura do cais. Com investimento de R\$ 89 milhões, a reforma vai preparar o porto para suportar operações mais pesadas e permitir a dragagem de nivelamento de todos os berços para uma profundidade maior, oferecendo mais segurança para navegação e atracação dos navios.

Segundo o diretor-presidente da Appa, Luiz Henrique Dividino, “teremos um cais inteiramente preparado para uma dragagem que nivele a sua profundidade. Assim, todos os berços poderão operar com guindastes mais pesados e vamos poder atracar navios com cerca de 80 mil toneladas”, afirma. Hoje, os maiores navios graneleiros que chegam a Paranaguá carregam 70 mil toneladas, no máximo. A última reforma de estrutura do cais do Porto de Paranaguá foi feita no início da década de 90.





Limpa-escamas - Há aquelas manjadas histórias de pescador, com provas muitas vezes obtidas em peixarias. Mas a Istelamare Machado Trento, de Marechal Rondon, flagrou a criatividade do seu primo após uma pescaria. O cidadão limpa as escamas dos peixes recorrendo a uma bateadeira. A gente morre sem ver tudo.

Istelamare Machado Trento - Marechal Cândido Rondon - PR



Pouso forçado - Cada passarinho escolhe o local de pouso que lhe interesse. Esse aterrissou no dedão do produtor Nelson Lavorati, de Francisco Beltrão. "Ele ficou andando pelo piso e no dedo do meu pai até voar para a liberdade", contou sua filha Carla, que fez o flagrante. E ainda nos deu uma colher de chá: "Somos leitores da revista FAEP. Minha irmã é instrutora do SENAR-PR e recebemos a revista em nossa casa há anos. Apreciamos o trabalho da equipe de comunicação e gostamos muito dos textos e informações que compõem o informativo".

Carla Lavorati - Francisco Beltrão - PR



Mamadeira providencial - Fernanda, com 2 anos, está saindo dos cueiros mas já aprendeu que também os bezerros são chegados a uma mamadeira. A foto é de Adriana Ostruka e foi enviada por Thiago Fernando Luz da Costa.

Adriana Ostruka - Campina da Lagoa-Pr



Abelha-rainha - Como seu sobrenome as fotos de Adriane Primor ficaram primorosas (com desculpas pela redundância). Ela enviou várias, principalmente do litoral paranaense. Pontagrossense, filha de uma bacharel em História (UEPG) com monografia em apicultura, seu pai também lida com abelhas. Agora, falta ela mandar a foto da rainha da colmeia.

Adriana Primor - Ponta Grossa-PR

Paranaense assume presidência do TRF4

O paranaense Luiz Fernando Wowk Penteado é o novo presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Natural de Prudentópolis, ele foi eleito no último dia 09 de abril para comandar a corte durante o biênio 2015-2017. Antes da eleição ele já ocupava o cargo de vice-presidente do TRF4.

Com 56 anos, Wowk Penteado formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 1983. Depois de exercer a advocacia por nove anos ocupou o cargo de procurador do Banco Central entre 1995 e 2001. Em junho de 2001 tomou posse como desembargador através do quinto constitucional, ocupando a vaga destinada aos advogados.

Com uma carreira marcada pela seriedade e pela

competência, ele também ocupou o posto de vice-corregedor regional, de presidente da 8ª Turma, especializada em Direito Penal, além de conselheiro e diretor da Escola da Magistratura (Emagis).



CRMV-PR promove gestão hídrica



A Comissão de Meio-Ambiente do Conselho Regional de Medicina-Veterinária (CRMV-PR) realizará no dia 29 de maio, em Curitiba, a “Conferência de Gestão Hídrica nas Atividades de Medicina-Veterinária e Zootecnia no Estado do Paraná”. O tema será a escassez de água e o Conselho espera conhecer a real situação do estado com relação à gestão hídrica, mais especificamente o papel do médico veterinário e do zootecnista nesta área.

O número de vagas será limitado e as inscrições estão abertas para médicos veterinários, zootecnistas, gestores ambientais e estudantes. O evento conta com o patrocínio da Anclivepa-PR e os seguintes apoios: Conselho Federal de Medicina-veterinária, Universidade Federal do Paraná, Itaipu Binacional, Instituto Ambiental do Paraná, Embrapa e FAEP.

Mais informações: <http://www.crmv-pr.org.br/>

Feira de Proteína Animal - FIPPPA

Mais de 200 expositores e cerca de 20 mil visitantes participarão da Feira Internacional de Produção e Processamento de Proteína Animal (FIPPPA), que acontecerá de 28 a 30 de abril no Expotrade Convention Center, em Curitiba. Junção das feiras AveSui e Tecno Food Brazil, a FIPPPA é um evento completo que congrega todos os elos da cadeia de proteína animal, da produção ao processamento, do campo à mesa. A feira será realizada de dois em dois anos, atendendo uma antiga reivindicação de representantes dos mercados de aves, suínos e leite, que pediam um evento coeso, completo e bienal.

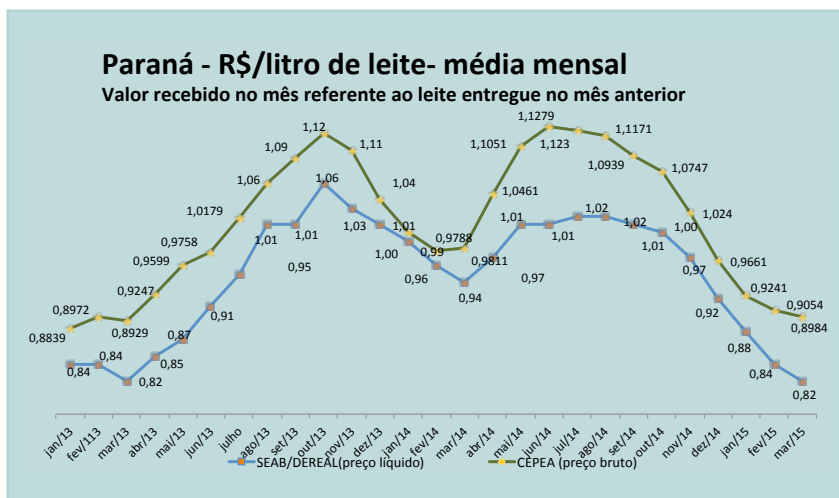
Mais informações: <https://www.fipppa.com.br/>



CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 14 de abril de 2015 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em março de 2015 e a projeção dos valores de referência para o mês de abril de 2015, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2015

Matéria Prima	Valor projetado em março/2015	Valor Final março/2015	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7604	0,7721	0,0117

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2015 E PROJETADOS PARA ABRIL/2015

Matéria Prima - Valores finais	Valor final março/2015	Valor projetado abril/2015	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7721	0,7897	0,0176

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de abril de 2015 é de R\$ 1,6917 / litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 14 de abril de 2015

RONEI VOLPI Presidente

WILSON THIESEN Vice - Presidente

ARAPOTI



Trabalho em altura

O Sindicato Rural de Arapoti realizou nos dias 26 e 27 de janeiro o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 35 - trabalho em altura – agroindústria. Participaram nove trabalhadores com o instrutor Sandro Cesar Martins dos Santos.

CAMPINA DA LAGOA



Agrinho

O presidente do Sindicato Rural de Campina da Lagoa, Orlando Alexandre Vieira fez a entrega para a secretária de Educação, Zeila Laporte e professores da rede municipal, da nova coleção didática – Agrinho 2015. Os kits contendo os materiais pedagógicos (materiais dos alunos e professores) foram repassados a rede municipal de ensino. O concurso Agrinho recebe inscrições até o dia 20 de agosto.

CIANORTE



Cana-de-açúcar

No dia 25 de março o Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná, realizou o curso de Trabalhadores no Cultivo de Plantas Industriais (cana-de-açúcar) Fertirrigação. Participaram 10 trabalhadores com o instrutor Sergio Takashi Noguchi.

URAI



Geleias

O Sindicato Rural de Uraí realizou, em parceria com a Prefeitura, nos dias 01 e 02 de abril o curso Produção Artesanal de Alimentos - Geleias, Doces pastosos e de Corte. Participaram 12 produtoras rurais com o instrutor Sergio Kazuo Kawakami.

CASCAVEL



Empreendedor Rural

O Sindicato Rural de Cascavel deu início à primeira turma deste ano do curso Trabalhador na Administração de Empresas agrossilvipastoris - Programa Empreendedor Rural. São 20 alunos entre produtores e trabalhadores rurais que estarão se capacitando no período iniciado dia 31 de março, e que se estenderá até 29 de setembro com o instrutor Luiz Antônio Tiradentes.

SÃO JOÃO



Dia da Mulher

O Sindicato Rural de São João realizou no dia 19 de março um Encontro para esposas dos associados, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher comemorado no dia 08 de março. No evento foi feita uma palestra com o tema "A importância do cuidado com a saúde da mulher do campo", ministrada por Maria Solange Guarienti, e contou com a participação de 32 mulheres.

PALOTINA



Caprinos e ovinos

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Universidade Federal do Paraná – Campus Palotina, realizou no período de 23 a 26 de março dois cursos sobre Manejo de Caprinos e Ovinos. A instrutora foi Jaciani Cristina Beal Klank e a aula prática aconteceu em propriedade rural.

SERTANÓPOLIS



Espaço confinado

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, nos dias 11 e 12 de fevereiro, em parceria com a Agroindústria Seara, o curso Trabalhador na Segurança do Trabalho - NR 33- Espaço Confinado - trabalhador e vigia. Participaram nove trabalhadores com o instrutor Sidney Massote.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Cada uma!

Num teste na Universidade de Chicago dois psicólogos pediram a voluntários que falassem em voz alta: “Eu nunca vou sofrer um acidente de carro”. Isso fez as pessoas ficarem com medo. Em seguida, metade delas foi estimulada a dar batidinhas na madeira da mesa - e se acalmou. Tradução: rituais devolvem a sensação de auto-controle e tranquilizam a mente. Interpretação: os dois psicólogos são malucos.

Só as pirâmides sobraram

As sete maravilhas do mundo antigo são uma famosa lista de majestosas obras artísticas e arquitetônicas erguidas durante a Antiguidade, feita por Antipatro de Sídon. Das sete maravilhas, a única que resiste até hoje quase intactas são as Pirâmides de Gizé, construídas há cinco mil anos, no Egito. As outras eram: os Jardins Suspensos da Babilônia; o Templo de Ártemis; a Estátua de Zeus no Templo de Olímpia; o Mausoléu de Halicarnasso; o Colosso de Rodes e o Farol de Alexandria.



Árvore dá gasolina

O louro inamoim é chamada de árvore da gasolina pelos caboclos da Amazônia. Ela pode atingir até 25 metros de altura e produz um líquido esverdeado, do qual se pode extrair um combustível muito semelhante à gasolina. Não há pesquisas sobre o seu aproveitamento.

Os ursos coalas não são ursos

Os coalas não são ursos e nem parentes deles. Esses simpáticos marsupiais são na verdade primos dos cangurus e, como os outros membros da família, carregam os filhotes dentro de uma bolsa até determinada idade. A palavra “koala” vem de uma língua aborígene australiana e significa “animal que não bebe”. Os bichinhos receberam o apelido porque quase nunca bebem água; são ativos durante a noite e passam de 14 a 18 horas por dia dormindo.





O sinal de emergência SOS pelo Código Morse consistia de três pontos, três espaços e mais três pontos, que formam as letras, respectivamente, “s”, “o” e “s”. O primeiro navio a enviar um SOS por rádio foi o Arapahoe, que se encontrava perdido ao Norte do continente americano em 1909. Outro célebre sinal de emergência, o “Mayday”, como é conhecido, na verdade vem do francês “m’aidez” (me ajude). O fim do uso original do sinal do SOS aconteceu em janeiro de 1999, quando o Código Morse foi oficialmente removido das comunicações marítimas.



Isso que é congestionamento

Pequim é a grande campeã em congestionamento de trânsito. Em 2010, a China National Highway 110, que vai de Pequim para Yinchuan, ficou parada por uma espantosa sequência de 12 dias ao longo de um trecho de 100 km de estrada. Motoristas ficaram presos em seus carros por até cinco dias devido à construção de algumas estradas que tinha o objetivo de justamente aliviar o congestionamento da região. Os carros se movimentavam em um ritmo extremamente lento de 3 km por dia.

20% da água doce

O lago Baikal no Sul da Sibéria Oriental da Rússia é o mais profundo do mundo alcançando a 1.642 metros e na média - 744,4 metros, e concentra 20% da água doce do planeta. Sua largura máxima é de 81 km e a mínima de 27 km, com uma área de superfície de 31,5 mil km², algo como três vezes a área do Líbano.



Vértebras

O pescoço da girafa e o do ser humano têm o mesmo número de vértebras: sete. Mas o pescoço da girafa é mais longo porque as suas vértebras são mais compridas. Apesar do aspecto manso e desajeitado, a girafa é temida até mesmo pelos leões. O coice e a cabeçada poderosa mantém os inimigos a uma distância prudente.



Gogó de ouro

No dia 26 de setembro de 1960, Fidel Castro falou sem parar por incríveis 4 horas e 29 minutos. O tema pra variar foram críticas ao imperialismo americano. Quando ascendeu ao poder em Cuba, em 1959, ele discursou por sete horas ininterruptas. Em junho de 2001, depois de três horas de discurso, desmaiou diante de 30 mil pessoas. Não é verdade que para reatar relações com Cuba o presidente americano Barack Obama disse que negociava tudo, menos ouvir discurso de Fidel.



PENSE NISSO, MEU RAPAZ!

Na fila do supermercado, o caixa diz a uma senhora idosa:

- A senhora deveria trazer as suas próprias sacolas para as compras, uma vez que sacos de plástico não são amigos do ambiente.

A senhora pediu desculpas e disse: - Não havia essa onda verde no meu tempo.

O empregado respondeu: - Esse é exatamente o nosso problema hoje, minha senhora. A sua geração não se preocupou o suficiente com o nosso ambiente.

- Você está certo - responde a velha senhora - a nossa geração não se preocupou adequadamente com o ambiente. Naquela época, as garrafas de leite, garrafas de refrigerante e cerveja eram devolvidos à loja.

A loja mandava de volta para a fábrica, onde eram lavadas e esterilizadas antes de cada reuso, e eles, os fabricantes de bebidas, usavam as garrafas, umas tantas outras vezes.

Realmente não nos preocupamos com o ambiente no nosso tempo. Subíamos as escadas, porque não havia escadas rolantes nas lojas e nos escritórios. Caminhávamos até ao comércio, ao invés de usar o nosso carro de 300 cavalos de potência de cada vez que precisamos ir a dois quarteirões.

Mas você está certo. As fraldas dos bebês eram lavadas, porque não havia fraldas descartáveis.

Os meninos pequenos usavam as roupas que tinham sido dos seus irmãos mais velhos, e não roupas sempre novas.

Naquela época só tínhamos somente uma TV ou rádio em casa, e não uma TV em cada quarto. E a TV tinha uma tela do tamanho de um lenço, não um telão do tamanho de um estádio; que depois será descartado.

Na cozinha, tínhamos que bater tudo com as mãos porque não havia máquinas elétricas. Usávamos jornal amassado para proteger coisas frágeis, não plástico bolha ou pellets de plástico que duram cinco séculos para começar a degradar.

Mas você tem razão: não havia naquela época preocupação com o ambiente. Bebíamos diretamente da fonte, quando estávamos com sede, em vez de usar copos plásticos e garrafas pet que agora lotam os oceanos.

Na verdade, tivemos uma onda verde naquela época.

Naqueles dias, os meninos iam nas suas bicicletas ou a pé para a escola, ao invés de usar a mãe como um serviço de táxi 24 horas. Tínhamos só uma tomada em cada quarto, e não um quadro de tomadas em cada parede para alimentar uma dúzia de aparelhos.

E nós não precisávamos de um GPS para receber sinais de satélites a milhas de distância no espaço, só para encontrar a pizzaria mais próxima.

Pense nisso, meu rapaz.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br